

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2023 e
31 de dezembro de 2022.

Tatuí - SP, 10 de julho de 2024.

Aos acionistas da
BLACK BRIDGE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Senhores Acionistas,

A Administração da **BLACK BRIDGE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, relativas ao período de 31 de dezembro de 2023.

Atenciosamente,

BLACK BRIDGE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Diretor Presidente
Valério Valdrighi

Balço patrimonial dos exercícos findos em:
(valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	476.558	608.261
Estoque	6	2.283.126	2.163.126
Clientes a receber	7	786.816	2.418.671
Tributos a recuperar		762	762
Outros créditos	8	36.000	501.035
Total do ativo circulante		3.583.262	5.691.855
Ativo não circulante			
Imobilizado	9	116.387	59.190
Total do ativo não circulante		116.387	59.190
Total do ativo		3.699.649	5.751.045
PASSIVO			
Passivo Circulante			
Fornecedores		544	515
Obrigações tributárias		7.328	37.487
Outras obrigações	10	550.000	1.947.928
Total do passivo circulante		557.872	1.985.930
Passivo não circulante			
Resultado de Exercícios Futuros	11	516.418	1.703.713
Total do passivo não circulante		516.418	1.703.713
Patrimônio líquido			
Capital social subscrito	12	10.000	10.000
Reserva de Lucros		2.615.359	2.051.402
Total do patrimônio líquido		2.625.359	2.061.402
Total do passivo		3.699.649	5.751.045

Demonstração do resultado dos exercícios findos em:
(valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas operacionais			
Receita de Alienação		2.401.849	3.860.548
(-) Custo de imóveis vendidos		(1.138.942)	(1.546.053)
(-) Deduções da Receita		(87.668)	(140.910)
Receita operacional líquida		1.175.239	2.173.585
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(271.763)	(352.928)
Total das despesas operacionais		(271.763)	(352.928)
Lucro antes do resultado financeiro	13	903.476	1.820.657
Despesas financeiras		(18.386)	(2.394)
Receitas financeiras		61.997	88.420
Resultado financeiro líquido	14	43.611	86.026
Resultado antes das provisões		947.087	1.906.683
(-) Provisão para imposto de renda		(44.611)	(75.316)
(-) Provisão para contribuição social		(31.520)	(49.652)
Lucro líquido do exercício		870.956	1.781.715

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em:
(valores expressos em reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	10.000	269.687	279.687
Resultado do Exercício		1.781.715	1.781.715
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.000	2.051.402	2.061.402
Resultado do Exercício		870.956	870.956
Ajustes patrimoniais		1	1
Dividendos pagos		(307.000)	(307.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.000	2.615.359	2.625.359

BLACK BRIDGE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 28.333.325/0001-05

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em:

(valores expressos em reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido antes do IRPJ E CSLL	947.087	1.906.683
Ajustado por:		
- Ajustes patrimoniais	1	
- Depreciação	33.601	14.400
	980.689	1.921.083
(Aumento)/Diminuição das contas ativas		
Estoque	(120.000)	1.851.286
Cliente a receber	1.631.855	(2.418.671)
Outros créditos - Curto Prazo	465.035	21.065
Outros créditos - Longo Prazo		2.144
Aumento/(Diminuição) das contas passivas		
Obrigações com Fornecedores	29	50
Obrigações Fiscais e Tributárias (exceto IR e CS)	(10.708)	36.187
Outras obrigações	(1.397.928)	(2.339.296)
Resultado de Exercícios Futuros	(1.187.295)	1.627.463
	361.677	701.311
Caixa proveniente/(usado) nas operações		
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(95.582)	(124.968)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	266.095	576.343
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Venda de imobilizado	22.334	
Aquisição de ativo imobilizado	(113.132)	
Aquisição de investimento		(16.152)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(90.798)	(16.152)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Distribuição de Dividendos	(307.000)	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(307.000)	-
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	(131.703)	560.191
Caixa e equivalente de caixa no início do período	608.261	48.070
Caixa e equivalente de caixa no final do período	476.558	608.261

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do exercício social
findo em 31 de dezembro de 2023.**

1) Contexto Operacional

A Black Bridge Empreendimentos e Participações S.A., constituída em 1º de junho de 2017, tem como objetivo social: (a) o planejamento, a implantação, o desenvolvimento e comercialização de empreendimentos imobiliários de qualquer natureza, seja residencial ou comercial, inclusive e especialmente centros comerciais e polos urbanos desenvolvidos a partir deles; (b) a compra e venda de imóveis e a aquisição e alienação de direitos imobiliários, e sua exploração, por qualquer forma, inclusive mediante locação; (c) a prestação de serviços de gestão e administração de centros comerciais, próprios ou de terceiros; (d) a consultoria e assistência técnica concernentes a assuntos imobiliários; (e) a construção civil, a execução de obras e a prestação de serviços de engenharia e correlatos no ramo imobiliário; (f) a incorporação, promoção, administração, planejamento e intermediação de empreendimentos imobiliários; (g) a importação e exportação de bens e serviços relacionados às suas atividades; e (h) a aquisição de participação societária e o controle de outras sociedades e participar de associações com outras sociedades, sendo autorizada a celebrar o acordo de acionistas, com vistas a entender ou complementar seu objeto social. A companhia tem sede na rua Treze de Maio, nº 762, sala 01, Centro, CEP 18270-210, na cidade de Tatuí, estado de São Paulo, inscrita sob o CNPJ de nº 28.333.325/0001-05.

Contabilidade terceirizada: Os administradores da Companhia optaram pela contratação de contabilidade terceirizada, a qual se encontra perfeitamente atinada a legislação profissional, e estando assim, regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade no que tange a questão ética e profissional e ainda conforme previsto em cláusulas contratuais. Assim, a administração da companhia declara que tomou ciência do conteúdo do aludido contrato em todos os seus termos e assim, as presentes demonstrações refletem e espelham a realidade da companhia em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização pela administração da companhia, respondendo esta, pela veracidade, integridade e procedência. A administração encontra-se ciente de toda a legislação aqui aplicável, especialmente no tocante a Lei 11.101/2005 que informa o contribuinte das suas responsabilidades quanto as documentações e procedimentos. A responsabilidade

profissional do contabilista, que referenda estas demonstrações contábeis, está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da companhia a este profissional.

2) Riscos

2.1 Risco de mercado:

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

2.2 Política anti-inflacionária:

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos da Companhia.

2.3 Risco institucional:

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

2.4 Risco fiscal

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2024 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

2.5 PIS/ COFINS:

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim,

já é esperada a unificação dos impostos para 2024, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS.

2.6 Risco Operacional:

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

2.7 Risco de Crédito:

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

2.8 Inadimplência:

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações, afetando o caixa da empresa.

3) Apresentação das Demonstrações Financeiras

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao que atendam ao Pronunciamento Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – CPC 00 – e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 estão de acordo com as normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial pela NBC TG 26 (R5) e incluem as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, e pela Lei 11.941/09, que alteraram a Lei 6.404/76 nos artigos relativos à elaboração das demonstrações financeiras.

Dentre os Pronunciamentos, as interpretações e as orientações do CPC, destacamos:

- CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro
- CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas
- CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
- CPC 24 – Evento subsequente
- CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis
- CPC 27 (R1) – Ativo imobilizado
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro
- CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Continuidade

A administração concluiu não haver incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado. As demonstrações financeiras foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e assim irá manter-se, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações financeiras, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

4) Principais Práticas Contábeis

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor

adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia, conforme critérios previstos nos itens 9 a 14 da NBC TG 02 (R3) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.2 Reconhecimento de receita

A receita de vendas dos imóveis é reconhecida com provisão nos contratos celebrados entre as partes.

4.3 Reconhecimento de despesas

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.4 Impostos e contribuições

i. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 60.000 por trimestre e 9% de CSLL).

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5% (quando houver);

4.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam

diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, que é composto pelo caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade: BC TG 39 (R5), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48.

4.6 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

4.7 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2023 não identificou ajustes a serem contabilizados.

4.8 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado em bases confiáveis. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

4.9 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.10 Tributos a compensar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A Companhia deverá manter controles extracontábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

4.11 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.12 Evento Subsequente

A Administração da Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo

se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

5) Caixa e Equivalentes de Caixa

A rubrica Caixa e equivalentes de caixa incluem contas de caixa fundo fixo e depósitos bancários à vista, que atendem aos compromissos de caixa de curto prazo, bem como contas de aplicações financeiras.

A conta caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	18.997	99.028
Bancos conta movimento	159.743	438.165
Aplicações financeiras	297.818	71.068
Total de caixa e equivalentes de caixa	476.558	608.261

6) Estoques

O saldo referente à rubrica “Estoques” é composto por imóveis que a companhia mantém, destinados à venda futuramente, estando assim dispostos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Imóveis destinados à venda	2.283.126	2.163.126
Total de Estoques	2.283.126	2.163.126

7) Clientes a receber

O saldo referente à rubrica “Cliente a receber” é composto por imóveis que a companhia realizou a venda e aguarda recebimentos, estando assim dispostos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Valor de unidade a receber	786.816	2.418.671
Total de clientes a receber	786.816	2.418.671

8) Outros Créditos

A rubrica “Outros Créditos” no Ativo Circulante está composta por Direitos a receber sobre imóveis que foram vendidos e ainda resta saldo a ser quitado, além dos investimentos temporários de debêntures, dispostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Investimentos temporário		201.035
Imóveis Vendidos – saldo a Receber	36.000	300.000
Total de Outros Créditos	36.000	501.035

9) Imobilizado

A política de reconhecimento e mensuração de ativo imobilizado foi construída pela empresa a partir das diretrizes da NBC TG 27 (R4) do CFC – Conselho Federal de Contabilidade. O reconhecimento se deu pelo valor do custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Foram considerados imobilizados os ativos tangíveis que são mantidos para uso ou para fins administrativos e que se espera que sejam utilizados durante mais do que um período. O reconhecimento dos itens do imobilizado se deu quando existia probabilidade de benefício econômico futuro para a empresa e o custo do item foi mensurado de maneira confiável e ainda quando a empresa assumia substancialmente os riscos, os benefícios e o controle de tais ativos, dentro da primazia da essência sobre a forma.

A mensuração dos itens do imobilizado, a formação do custo, foi realizada da seguinte forma: preço de compra, incluindo os tributos não recuperáveis e todos os demais custos até o ponto em que o imobilizado está em condições de uso. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem e o valor residual. A conta de “imobilizado” é composta por:

BLACK BRIDGE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 28.333.325/0001-05

Descrição	Taxa	31/12/2023		31/12/2022	
		Custo	Depreciação	Valor Contábil	Valor Contábil
Veículos	20%	168.000	(67.335)	100.665	38.266
Consórcio		15.722		15.722	20.924
Total do Imobilizado		183.722	(67.335)	116.387	59.190

10) Outras obrigações

A conta “Outras obrigações” está composta por transações com partes relacionadas, cheques a compensar, bem como empréstimo de empresas parceiras, não oneroso e sem prazo estipulado para quitação, sendo que está assim disposta:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Imóveis Comprados a pagar	550.000	
Outros empréstimos com partes relacionadas		1.947.928
Total de Outras obrigações	550.000	1.947.928

11) Resultado de Exercícios Futuros

A rubrica “Resultado de Exercícios Futuros” é composta de valores recebidos com antecedência sobre Imóveis que foram vendidos, bem como seus devidos custos, e encontra-se assim disposta:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Resultado de exercício futuro	516.418	1.703.713
Total de Resultado de Exercícios Futuros	516.418	1.703.713

12) Patrimônio líquido

Capital Social

O Capital Social é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo totalmente integralizado, perfazendo 10.000 (dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Resultado do Exercício

A companhia apresentou ao final do exercício de 2023 um Resultado do Exercício de R\$ 870.956,06 (oitocentos e setenta mil, novecentos e cinquenta e seis reais e seis centavos), ficando à disposição da administração para destinações futuras.

13) Resultado Operacional

O Resultado Operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, composto por:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receitas operacionais	1.175.239	2.173.585
Receita de Vendas	2.401.849	3.860.548
(-) Custo de imóveis vendidos	(1.138.942)	(1.546.053)
(-) Dedução da Receita	(87.668)	(140.910)
Despesas operacionais	(271.763)	(352.928)
Despesas gerais e administrativas	(271.763)	(352.928)
Resultado operacional líquido	903.476	1.820.657

14) Resultado Financeiro

O resultado financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, que estão assim compostas:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Despesas Financeiras	(18.386)	(2.394)
Juros Pagos	(17.589)	(2.144)
Multas Diversas		(250)
Multas s/ Tributos	(284)	
Juros de mora s/ Tributos	(513)	
Receitas Financeiras	61.997	88.420
Rendas sobre aplicações financeiras	53.075	87.811
Variação monetária ativa	8.922	609
Resultado financeiro líquido	43.611	86.026

15) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros atualmente utilizados pela companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, estoques e Empréstimos e Financiamentos, todos realizados em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Valorização dos instrumentos financeiros:

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5): os saldos mantidos em contas correntes bancárias e contas de aplicações financeiras e encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada;

Estoques (nota 6): os estoques são avaliados pelo custo histórico.

Tatuí - SP, 10 de julho de 2024.

Valério Valdrighi
Diretor Presidente

Ivan Rodrigues
Diretor Vice Presidente

Jogy Tamura
CPF: 836.047.588-15
CRC/SP: 1SP114.903/O-0
